

ESTUDOS SOBRE A CLASSIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL¹

VICTOR CEZAR RODRIGUES²

Área temática: 12. Partidos e Sistemas de Partidos

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 26 ao 28 de julho de 2017.

¹ Este artigo é um dos produtos da pesquisa representação política e clientelismo: velhas questões em novos contextos, realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), orientado pela Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha. E-mail: <victocezar@gmail.com>;

RESUMO

Estudos da Ciência Política, mesmo com consideráveis críticas, ainda consideram a Ideologia uma variável explicativa e imprescindível para classificar os partidos, os políticos e as agendas. No sistema partidário brasileiro não é muito diferente. Estudos afirmam que essa clivagem ainda ordena o espaço político no país. Posto isto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar como a literatura enxerga a classificação ideológica pelo crivo direita e esquerda, discutindo o surgimento do conceito e parâmetros para distinção dos campos ideológicos, o surgimento dos partidos enquanto agremiações políticas que organizam as dinâmicas eleitorais, assim como alguns modelos clássicos de classificações envolvendo os partidos, suas limitações, críticas e contribuições. A partir da revisão bibliográfica sobre o tema iremos buscar e identificar alguns parâmetros importantes que orientam a classificação ideológica de políticos e partidos, bem como apresentaremos a maneira que a literatura classifica os principais partidos brasileiros. Neste contexto, analisaremos os elementos que influenciam o comportamento dessa elite política e as contribuições que podem auxiliar discussões para futuros trabalhos sobre partidos no Brasil. Chegou-se à conclusão que as agremiações políticas sofreram diversas modificações ao longo da história, se adaptando as necessidades demandadas pelos sistemas que estão submetidos. Mesmo sendo alvo de muitas críticas e divergências quanto aos critérios relacionados ao conceito, a classificação por direita e esquerda ainda permanece na arena política orientando e diferenciando as políticas dos partidos e seus representantes, sendo possível encontrar comportamentos constantes relacionados a ideologia dentro dos partidos e blocos ideológicos constituídos no Brasil.

Palavras – chaves: Direita. Esquerda. Ideologia. Partidos.

1. INTRODUÇÃO

Os partidos políticos exercem importante papel no cenário político e institucional, consequentemente possibilitam o funcionamento de um sistema político. As inúmeras funções e atribuições designadas aos partidos permitem uma série de estudos, críticas e teorias sobre sua eficácia, comportamento, organização, desenvolvimento, classificação, entre outros pontos. A classificação ideológica por esquerda e direita como variável explicativa para o comportamento das elites políticas e de suas agremiações enfrenta bastante resistência de teóricos e críticos. Essa categorização é vista muitas vezes como insuficiente, defasada ou não explicativa, para o conjunto de questões relacionadas ao tema. Entretanto, muitos estudiosos da Ciência Política ainda consideram a ideologia uma variável explicativa importante para classificar os partidos, os políticos e as agendas e compreender seu comportamento (AMARAL, 2013; RODRIGUES, 2009; MELO e CAMARADA, 2012; BOBBIO, 2001).

O sistema partidário brasileiro apresenta elementos e configurações que somam críticas e teorias sobre seu desenvolvimento e funcionamento. Importantes cientistas políticos como Maria D'Alva Gil Kinzo(1993) e Scott Mainwaring (1993) desenvolveram estudos que identificaram a profunda fragilidade do sistema partidário e político no Brasil, os altos índices de indisciplina de parlamentares e a falta de coesão dos partidos, configurando-se, assim, como um sistema partidário fraco e incapaz de responder às necessidades e demandas de maneira eficiente. No entanto, novos estudos sobre a dinâmica e comportamento dos políticos nas casas legislativas fizeram com que tal visão fosse alterada ao longo dos anos. Análises recentes possibilitaram outras perspectivas sobre o assunto, refutando as hipóteses anteriormente elaboradas sobre a realidade dos políticos e partidos no Brasil (MAINWARING, 1993; RODRIGUES, 2009).

Com o objetivo de analisar como a literatura realiza a classificação ideológica a partir da tríade direita, centro e esquerda, iremos buscar, na sua origem histórica, mudanças e critérios utilizados para distinção dos campos ideológicos aqui citados, procurando identificar se essa classificação representa algum significado na dinâmica partidária brasileira.

Estudos em âmbito nacional utilizam a classificação esquerda e direita para ordenar partidos políticos dentro de blocos ideológicos. Ancorados nestes estudos, debateremos o surgimento dos partidos enquanto agremiações políticas que organizam as dinâmicas eleitorais, discutindo as classificações que envolvem os partidos, suas limitações e contribuições para o sistema político.

Este trabalho³ está dividido em quatro seções. Na primeira parte realizaremos uma breve contextualização do termo direita e esquerda, evidenciando sua utilização no contexto político durante a história e seus critérios para distinção de política e partidos. No segundo segmento, debateremos o surgimento e desenvolvimento dos partidos e sua importância para a dinâmica política, apresentando teorias e conceitos sobre as agremiações na esfera mundial. Na seção três as discussões serão direcionadas ao ambiente brasileiro, no qual discutiremos as visões distintas sobre o comportamento dos partidos políticos, o papel desempenhado por eles nas dinâmicas institucionais, bem como as classificações ideológicas feitas das agremiações. Por fim, ao destacarmos a importância da conjuntura histórica e modificações dos partidos políticos enquanto organizações democráticas que auxiliam no equilíbrio governamental. A classificação ideológica tríade clássica em que os partidos brasileiros são submetidos não apresentam muitas divergências, mas precisam de mais critérios que sejam capazes de melhorar as explicações

sobre a realidade das nossas organizações políticas. Frisamos ainda que este trabalho visa instigar o debate sobre a classificação direita, centro e esquerda, e outros elementos que possam contribuir na discussão da ideologia dentro Ciência Política.

2. DIREITA E ESQUERDA NA HISTÓRIA

Os primeiros usos das palavras esquerda e direita enquanto inclinação política, surgiram no âmbito da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Esse contexto revolucionário proporcionava discussões relativas as decisões do rei sobre os caminhos que deveriam tomar a revolução. A organização espacial dispostas pelos membros da nobreza em relação ao rei, foi uma das primeiras diferenciações observadas. Os nobres sentavam-se à direita do rei, onde defendiam ideias mais moderadas e conservadoras, e a esquerda do rei, representantes do terceiro estado, que apresentavam ideias mais revolucionárias, igualitárias e reformas sociais. A partir de condutas e posturas políticas defendidas por esses membros, os campos ideológicos foram assumindo princípios e sendo constituídos ao longo da história sob a luz de vários acontecimentos e influências (BOBBIO,2001;TARUCO e MADEIRA, 2013;SCRUTON,2014).

Noberto Bobbio (2001) realiza uma discussão sobre a distinção esquerda e direita, ao longo de alguns séculos, enquanto definição de políticas e ideologias. Além disso, o autor contextualiza a origem desse termo e apresenta inúmeras modificações conceituais que foram ocorrendo como consequência de alguns eventos históricos e diversos acontecimentos políticos. Os termos esquerda e direita sempre foram utilizados pela ciência política para delimitar as diferenças entre ideologias e ações políticas, na esfera política que configurasse posicionamentos opostos, divergências de pensamento e conduta. Crises políticas, ruínas de sistemas e experiências de regimes aumentaram ou reduziram a aplicabilidade e a popularidade desses termos no decorrer da história. Vários elementos positivos e negativos foram sendo agregados a eles em decorrência das diversas experiências e modificações que foram ocorrendo.

Críticas foram surgindo em relação à forma dicotômica como a esfera política era classificada, fazendo com que os termos esquerda e direita deixassem de ser tão explicativos. Bobbio (2001) chamou esse processo de crise das ideologias. Para o autor “as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas” (BOBBIO, 2001, p.33). Os termos progressistas e conservadores emergiram como novas formas de classificação, também

sob muitas críticas, haja vista que consideram a necessidade de focar em problemas, não em posições ideológicas. As demandas por novas formas de classificação que fugissem da oposição direta e esquerda são idiosincrasias das organizações mais modernas, que são caracterizadas por um nível maior de complexidade, multiplicidade de grupos e interesses. Não sendo mais compatível à um modelo separado apenas em duas posições. Neste contexto mais pluralista surge a alternativa da terceira via, que ocupa um espaço intermediário entre os extremos que dominavam as disputas.

Apesar das constantes críticas à forma que esse modelo classificatório por diáde representa, sua suposta incapacidade de atender as necessidades políticas, acrescido da falência de regimes políticos que representavam a hegemonia de determinada ideologia e posição política. Parecia o fim de determinado campo ideológico e, automaticamente, da diáde, entretanto ela se mantém mesmo após essas crises, pois existem várias esquerdas e direitas que “continuam a ter pleno curso na linguagem política” (BOBBIO, 2001, p.63). De acordo com Bobbio (2001) o antagonismo existente no mundo político exige a continuidade de classificar políticos e governos nesse segmento ideológico. A manutenção desta classificação que marca diferenças de opiniões exige parâmetros para definir posições ocupadas por cada um nas disputas democráticas. Esses elementos são acrescidos de fundamentos positivos ou negativos, que são independentes da posição ocupadas por eles no âmbito ideológico. Neste sentido, Bobbio (2001) destaca fatores que definem, caracterizam e distinguem cada lado. Tais diferenças são cruciais para a dinâmica de disputas eleitorais, as quais oferecem alternativas que irão passar pelo crivo eleitoral.

Um dos principais critérios de classificação foi o uso de elementos relacionados à “tradição” para a direita e a fatores que remetiam à “emancipação” para a esquerda. Desta forma, pretendia-se estabelecer critérios descritivos que não assumissem valores absolutos, mas sim relativos. Assim, a classificação deveria deixar de ser apenas direcionada ao comportamento político imediato e assumiria um papel de disposição interna, ou seja, esses elementos apontariam a direção e motivação que aquela pessoa deve seguir ao longo da vida, independente dos fatores do momento (BOBBIO, 2001).

Das seis grandes ideologias nascidas a partir da Revolução Francesa, três são clássicas: o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo científico; e três são românticas: o anarco-liberalismo, o fascismo (e o radicalismo de direita) e o tradicionalismo (BOBBIO, 2001, p.83).

Dentro deste conjunto de ideologias, a direita foi definida como tradicionalismo, fascismo e conservadorismo; já a esquerda como anarco-liberalismo, socialismo científico e liberalismo. Entre os inúmeros critérios para distinção entre os crivos ideológicos, Bobbio (2001) considera os ideais de igualdade e liberdade como os mais importantes. Assim como os critérios anteriormente utilizados, a ideia de igualdade é complexa e apresenta margem para várias interpretações. Por isso, o autor enfatiza que devem ser levados em consideração os critérios que as doutrinas pensam para a distribuição de recursos. Tendo como norte o ideal de igualdade, uma doutrina mais igualitarista, representada pelo campo da esquerda, seria aquela que demandasse redução das desigualdades. Em contraste a ela, o tratamento referente as desigualdades desempenhado pela direita, tenderiam a uma conduta de aumentar as diferenças. O autor complementa a categorização da esquerda como aquela que tem “reconhecimento dos direitos sociais ao lado dos direitos de liberdade” (BOBBIO, 2001, p.109), e entende o acesso a esses direitos como ferramentas que diminuem as desigualdades ditas como naturais, por exemplo, o acesso à educação, saúde e trabalho.

Assim como o termo igualdade, a ideia de liberdade enfrenta um conjunto de limitações referentes à sua essência e aplicação. Bobbio (2001) reafirma que as combinações desses dois fatores concebem a noção de uma boa sociedade, no sentido que esses elementos fundamentam princípios no ordenamento social e constituem ideias que balizam direitos básicos aos indivíduos. Entretanto as duas juntas não podem ser alcançadas ao extremo, pois o avanço de uma suprime a outra. Além disso, o autor afirma que “a igualdade tem por efeito uma limitação da liberdade” (BOBBIO,2001, p.114). Contudo, Bobbio (2001) reforça que não é regra que o aumento da igualdade restringe a liberdade. Para o autor existem situações em que as ações a favor de maior igualdade não prejudicam a liberdade. Partindo de uma classificação bastante frequente, que coloca a direita como libertária e a esquerda igualitária, Bobbio não considera tais diferenças adequadas, pois existe grande relação entre os princípios de liberdade com as diretrizes de governos democráticos, por exemplo. Deste modo, tanto governos de esquerda quanto de direita seriam capazes de defender questões mínimas como os direitos pessoais, civis e políticos.

Mesmo considerando uma proposta limitada, com intuito de estabelecer quatro novos modelos de classificação, Bobbio (2001) utiliza-se das ideias de igualdade para distinguir direita e esquerda, e dos critérios de liberdade para diferenciar posições extremas de moderadas:

A) Na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários, dos quais o jacobinismo é o exemplo histórico mais importante [...] B)

No centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, para os quais podemos empregar hoje a expressão “socialismo liberal”, nela compreendendo todos os partidos socialdemocratas, em que pesem suas diferentes práxis políticas; C) No centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por fidelidade ao método democrático, mas que com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à liberdade idêntica, que caracteriza aquilo que chamei de igualitarismo mínimo; D) Na extrema- direita, doutrinas e movimentos antiliberais e antiigualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos como o fascismo e nazismo (BOBBIO, 2001, p.119).

As diversas mudanças e reconfigurações acerca dos conceitos direita e esquerda que ocorreram ao longo do tempo são consequências de reflexos conjunturais e históricos. No entanto, os fundamentos socialistas que buscam a igualdade social e as ideias de livre comércio propostas pelo capitalismo continuaram enquanto elementos balizadores dos conceitos direita e esquerda que permanecem até os dias de hoje. Constituindo o conjunto de elementos que caracteriza o campo da esquerda, para o alcance do objetivo da igualdade social são necessárias medidas redistributivas e gastos sociais para a classe trabalhadora enquanto políticas públicas oferecidas pelo Estado. Já para o aspecto centro e direita as ações são direcionadas mais na linha dos ajustes que atendam aos interesses de proprietários de capital e grupos privilegiados (TAROUCO & MADEIRA, 2013).

Partindo para um olhar da ideologia pelo ponto de vista mais partidário, as análises e percepções de Taruco e Madeira (2013) sobre critérios e fatores relevantes para distinção ideológica e níveis de conservadorismo nos partidos brasileiros, são importantes para somar elementos em nossa discussão. Os autores reconhecem o papel estruturante desempenhado pelos partidos brasileiro, na formação de governos e composição do legislativos pelas elites políticas. Nesse sentido, reforçam a necessidade de apontar diferenças ideológicas e preferencias dos partidos, para uma melhor compreensão dos sistema partidário. Os questionamentos sobre a identidade ideológica dos partidos, ainda é bastante questionada por segmentos da sociedade civil, entretanto o posicionamento na escala direita e esquerda, vem cada vez mais perdendo espaço como fatores explicativos nos estudos da ciência política.

Buscando alguns padrões para ordenamento dos partidos entre direita e esquerda, os autores trabalham também com escalas de conservadorismo e liberalismo, por considerarem relevante esse aspecto para distinção de ideias liberais e progressistas. Taruco e Madeira (2013) acreditam que opiniões sobre fatores históricos do período militar no Brasil, são importantes para entendimento da separação entre direita e esquerda dos partidos brasileiros. Esses critérios

devem ser agregados aos de intervenção do Estado na economia, pois os últimos fatores sozinhos não conseguiriam resolver a distinção.

O debate sobre o grau de intervenção do Estado e configurações históricas do período militar, proposta pelos autores, estão relacionados as políticas econômicas adotados no país durante o regime autoritário. Neste período, setores conservadores da direita compunham o governo, onde Estado adotava medidas que previam um crescimento da indústria nacional e bloqueios comerciais, configurando assim políticas contrapostas as características liberais. Neste contexto, Taruco e Madeira (2013) desenvolveram algumas normas para distinguir partidos de direita e esquerda, entendendo a necessidade de diferenciar as ideias relacionadas ao liberalismo econômico das bases conservadoras. Os primeiros, foram definidos como reconhecimento positivo para setores como forças armadas, classe média e grupos profissionais, economia ortodoxa, livre iniciativa e incentivos. Já os referentes à esquerda correspondiam a políticas econômica controlada, mercado regulado, planejamento econômico, análises marxistas e alusão a classe trabalhadora (TARUCO;MADEIRA, 2013).

No âmbito das escalas de conservadorismo, as discussões relacionadas a esse conceito são vistas como problemáticas. Os autores Taruco e Madeira (2013) buscam delimitação de alguns conceitos na ciência política, sabendo das limitações ao esgotamento teórico, para a proposição de uma escala conservadora. Seguindo essa linha de pensamento, separam grupos mais conservadores, que estariam favoráveis a um controle social executado pelo Estado, contrários a mudanças mais radicais, mantendo um pensamento moral tradicional, dos representantes mais liberais, no sentido político, que são defensores das liberdades individuais e contrários aos abusos de governos, defensores dos direitos humanos e minorias.

3. PARTIDOS POLÍTICOS E SEU DESENVOLVIMENTO

Amaral (2013) realiza uma discussão sobre partidos políticos partindo do consenso teórico, de fundamental relevância, do papel que eles desempenham enquanto organizadores da política e base de sustentação de competições eleitorais. Deste modo, o autor apresenta funções como “estruturar a competição eleitoral; agregar interesses; governar e conduzir os trabalhos legislativos” (AMARAL, 2013, p.12) que, para ele, são necessárias para assegurar o funcionamento da democracia representativa. O grande defensor da teoria de que os partidos políticos seriam organizações estruturalmente burocratizadas e centralizadas em uma direção

foi Robert Michels, criador da “Lei de Ferro”. Segundo Michels (MICHELS *apud* AMARAL, 2013), os partidos e estruturas democráticas não combinavam, dado que as agremiações representavam mais os interesses de uma elite que dominava as decisões em busca de preservação de seus interesses e privilégios, do que executora dos objetivos políticos e princípios ideológicos.

De acordo com Amaral (2013) o desenvolvimento de uma teoria geral dos partidos foi proposta por Duverger que buscava entender a diversidade partidária e propor um modelo explicativo, a partir de fatos históricos e ideologias de partidos da Europa Ocidental. Ainda conforme Amaral, para Duverger, a ideologia do partido e sua origem são aspectos importantes para entender as organizações e o comportamento desses partidos nas democracias de massas. Os partidos chamados de quadro tiveram sua origem por volta do século XIX, tendo como exemplo os partidos liberais e conservadores e apresentavam as seguintes características:

a) origem interna ao parlamento; b) organização interna de baixa intensidade; c) fraca articulação estrutural entre as instâncias organizacionais; d) estrutura nacional descentralizada; e) ausência de critérios claros de adesão; f) financiamento partidário dependente de alguns grandes doadores privados; g) concentração do poder decisório nas mãos da elite parlamentar (AMARAL, 2013, p.4).

Já os partidos de massa surgiram em um contexto de desejo por participação das classes trabalhadoras, que foram incluídas com a ampliação do sufrágio no final do século XIX e início do XX. Tais partidos apresentavam grande capacidade de interlocução com expressivos representantes da classe trabalhadora, influenciados pelas políticas e ideologias igualitárias, sendo a origem dos partidos comunistas e socialistas (AMARAL, 2013). Segundo Duverger, suas principais características são:

a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os membros do partido; f) forte doutrinário; g) subordinação dos parlamentares ao partido (AMARAL, 2013, p.4).

Anos mais tarde, outra configuração de partido foi proposta, agora por Kirchheimer, que seria reflexo da propagação de elementos estruturais dos “partidos de massa”, bem mais adaptados às demandas da modernidade. Os fatores utilizados para conceituar os partidos de tipo “*catch all*” estão relacionados aos avanços das transformações das políticas de bem-estar que estavam crescendo naquele contexto histórico. O aumento da sensação de melhoria na qualidade de vida refletiu na diminuição do conflito, tornando a ideologia secundária. Assim, outros elementos, antes essenciais para os partidos de massa, foram perdendo importância e os

partidos passaram a se orientar para o sucesso eleitoral. Segundo o autor, as características do processo que deu origem aos partidos “*catch-all*” são: “a) desideologização do discurso partidário; b) fortalecimento da liderança; c) declínio da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura para grupos de interesse variados” (AMARAL, 2013, p.15).

Estudos emergentes sobre partidos políticos a partir dos anos 1990 permitiram avanços significativos sobre a categorização, organização e desempenho das agremiações. Amaral (2013) apresenta as contribuições de Katz e Mair e suas críticas às teorias passadas que abordam a temática sobre partidos. Essas abordagens não estavam acompanhando as atualizações e avanços que vinham acontecendo. Uma das mudanças propostas pelos autores está baseada na aproximação dos partidos políticos com o Estado, modificando a dinâmica entre as duas partes com a sociedade civil. Anteriormente, os partidos desempenhavam o papel de diálogo entre Estado e Sociedade civil. Agora, o Estado é o mediador da relação entre a sociedade civil e os partidos. Este novo vínculo passou a ocorrer entre as agremiações e o Estado, alterando um conjunto de elementos que interferem no comportamento, interesses e desenvolvimento dos partidos. Desta forma, o novo modelo de partido proposto para democracias contemporâneas seria o “partido cartel”, uma evolução dos partidos de “quadros” e “*cath all*”.

A nova configuração de agremiações partidárias apresenta uma série de características e comportamentos distintos dos partidos que cultivavam suas relações com a sociedade civil. São organizações totalmente dependentes de recursos provenientes do Estado para sua manutenção, enxergam com mais vantagem a preservação de vínculos com a máquina pública do que vitórias em eleições, distanciamento da base, redução das atividades partidárias, entre outras questões (AMARAL, 2013).

Uma abordagem distinta desenvolvida por Wolinetz para comparar partidos foi apresentada por Amaral (2013). Nesse modelo foi utilizado como análise o comportamento dos partidos e sua distinção em três tipos: *policy-seeking*, *vote-seeking* e *office-seeking*.

Ao relatar sobre o modelo de partido *policy-seeking*, Amaral afirma que este visa realizar mudanças substanciais em uma série de áreas. Para tanto, este tipo de partido apresenta uma orientação ideológica forte, reforçando seu caráter programático. Neste sentido, ocasionalmente, a disputa eleitoral ficaria em segundo plano, face as ideias e programas do partido. Assim, ao tratar da questão da dinâmica partidária, o autor afirma que há uma

participação ativa dos filiados na agenda política e organizacional da elaboração de políticas apresentadas pelo partido.

O tipo *vote-seeking* vai encarar como prioridade o sucesso eleitoral. De acordo com este modelo, se torna mais interessante a flexibilização da plataforma programática de acordo com a realidade do processo eleitoral para alcançar seus objetivos. Com isso, a elaboração de suas campanhas possui um número reduzidos de filiados, uma limitada organização partidária e resultam em campanhas mais profissionais.

Por fim, o autor trata dos partidos do tipo *office-seeking*. Estes modelos de partido apresentam, enquanto prioridade, a participação em instâncias governamentais que, a partir desse envolvimento, conseguem recursos para manutenção de suas atividades e sobrevivência enquanto organizações. Para isso, torna-se necessário práticas e alianças entre partidos, que facilitam atingir tais objetivos e aumentam as chances de participação em coalizações governamentais, disputas por indicações, competição por cargos políticos e os importes recursos financeiros.

Deste modo, buscava-se uma nova forma de diferenciar os partidos sem ficar preso aos elementos difundidos pela tradição. Com novo olhar sobre o modo de enquadrar os partidos, era possível dialogar e acompanhar os avanços e fatores que vinham surgindo com os partidos ao longo dos anos.

4. O BRASIL E SEUS PARTIDOS

Segundo as propostas por Lima Jr (1999) e Nicolau (2010) a produção teórica sobre organização dos partidos políticos brasileiros no final dos anos 1990 ainda não apresentava abordagens de todas as temáticas e elementos envolvendo os partidos. Estudos que visavam apresentar as modificações e opiniões de diversos teóricos acerca do comportamento e funções desempenhadas pelos partidos começaram a surgir anos mais tarde. A discussão recente realizada pela literatura sobre partidos políticos brasileiros apresenta, pelo menos, dois direcionamentos distintos: um caminho crítico às organizações partidárias, no qual elas não apresentam condições suficientes para construir um sistema partidário estável; e um direcionamento mais recente, que admite um sistema partidário mais fortalecido e capaz de coordenar os processos políticos no país (AMARAL, 2013; RODRIGUES, 2009).

Em uma sistematização das principais críticas e avaliações do sistema partidário brasileiro, Leôncio Martins Rodrigues, em seu livro *Partidos, Ideologia e composição social*, apresenta os fatores reforçados por alguns cientistas políticos, destacando as contribuições teóricas de Scott Mainwaring. Para Mainwaring (1993), a fusão de elementos como sistema presidencialista, partidos indisciplinados e grande fragmentação partidária, impulsiona práticas antipartidárias e dificulta a constituição de coalizações estáveis. Esses fatores citados pelo autor, enquanto obstáculos para estabilidade do sistema partidário, podem ser observados na realidade política brasileira, sendo inclusive, o conjunto de problemas que dificulta a estabilidade democrática e o exercício tranquilo do poder executivo.

Completando o conjunto de autores que acreditam na instabilidade do sistema brasileiro e sua incapacidade de representar os interesses sociais, Rodrigues (2009) apresenta as visões críticas de Maria D’Alva Gil Kinzo e Olavo Brasil de Lima Jr, que concordam com a ideia da fragilidade e fragmentação do sistema partidário, no qual a instabilidade institucional, presente e configurada na realidade brasileira, estimula uma crise de representação democrática. Outros fatores podem ser somados ao direcionamento teórico pessimista, elementos e comportamentos dos políticos que reforçam as debilidades já identificadas. Os altos índices de migração partidária e a inconsistência programática e ideológica de coalizões seriam reflexos da baixa coesão e inconsistência ideológica dos políticos e partidos que reforçam as críticas sobre o comportamento individualista de alguns políticos (RODRIGUES, 2009).

Buscando uma visão positiva sobre o sistema partidário brasileiro, Rodrigues (2009) faz uso de explicações mais recentes de autores que trabalham sobre o tema, propondo novos olhares e explicações para os elementos-chave definidos pelos autores mais céticos. A partir da abordagem metodológica utilizada por Mainwaring, Ricardo Correa Coelho percebeu novos indicadores capazes de identificar traços de fidelidade partidária. O recorte temporal da Assembleia Nacional Constituinte não era considerado o melhor momento para o autor, devido as constantes mudanças e reformulações no seio das elites políticas. “O novo contexto institucional abriu às várias facções da classe política – agora livres da canga militar e com menos barreiras para colonização do Estado” (RODRIGUES, 2009, p 23). Apesar desse fato, a formação dessas novas elites acabava assumindo interesses sociais que coordenavam suas bancadas em uma certa disciplina nas votações.

Apesar de fazer parte do conjunto de teóricos contrários à ideia de que os partidos apresentam relevante organização, Rodrigues (2009) apresenta uma constatação observada por Maria D’Alva Gil Kinzo. Segundo Kinzo, existe uma compatibilidade nas decisões de caráter

ideológico dos partidos em localidades diferentes, ou seja, era perceptível alguma coerência nas decisões tomadas pelos partidos a nível estadual e nacional. Por outro lado, Scott Mainwaring, Rachel Maneguello e Timothy Power, em trabalhos posteriores, identificaram diferenças programáticas substanciais de partidos mais conservadores, haja vista que políticos desse campo trocavam mais de legendas (RODRIGUES, 2009).

A construção de coligações que apresentam sinais de coerência é um dos fatores que expressa direcionamento ideológico de partidos e, ao mesmo tempo, é um importante fator de diferenciação entre as legendas. Recorrendo às análises de Carlos Alberto Novaes, Rodrigues (2009) afirma que as coligações não ocorrem de maneira totalmente aleatória, elas apresentam certa lógica ideológica. Mesmo que os partidos apontem alguns problemas estruturais que sugerem vulnerabilidade, a composição dos partidos nas coligações, em sua maioria, apresenta compatibilidade com a divisão clássica de ideologia. O autor ressalta ainda que essa discussão com o autor Rogério Schmitt reforça a argumentação acerca da constituição das coligações que ocorrem, predominante, dentro dos mesmos blocos ideológicos, e dos desvios dessa conduta coerente não tão comuns na esfera política (RODRIGUES, 2009).

Em contraposição às principais críticas realizada aos sistema partidário brasileiro, que consistem no comportamento indisciplinado dos políticos, alta fragmentação partidária e baixa coesão dos partidos. Ademais, Rodrigues (2009) recorre a autores contemporâneos para analisar o comportamento de parlamentares no Congresso Nacional brasileiro. As investigações sobre o comportamento de deputados realizadas por Melo (2000), Figueiredo (1999) e Limongi (1999) apresentam novas respostas e interpretações sobre a dinâmica legislativa brasileira e são tomados como referência na obra do autor. Leôncio Rodrigues embasa sua teoria na percepção de dois comportamentos divergentes, percebido por Melo: o primeiro consistia nas altas taxas de disciplina dos parlamentares em votações em plenário, ou seja, os parlamentares nas observações realizadas seguiam as orientações dos líderes partidários, configurando assim um comportamento disciplinar dos deputados. Essa disciplina partidária dos parlamentares ocorria ao mesmo tempo em que eram constatadas notáveis taxas de migração partidária no congresso. Esse elevado número de mudanças de partido foi explicado pelo autor como reflexo das regras e normas estabelecidas pela casa legislativa. O autor chega à conclusão de que os parlamentares em busca de sucesso político realizavam mudanças de legenda, e desejos pessoais. Ao mesmo tempo em que os políticos apresentavam disciplina nas votações, os partidos apresentavam baixa coesão partidária (RODRIGUES, 2009).

Seguindo o direcionamento do papel desempenhado pelos partidos e a importância deles no fortalecimento enquanto organizações dentro do próprio sistema partidário brasileiro, Melo e Câmara (2012) percebem a importância dessas instituições enquanto suporte de governos compondo a base do executivo no poder legislativo. Sendo assim, para eles, os partidos seriam elementos fundamentais de sustentação e comunicação entre os poderes.

Um conjunto de trabalhos sobre a dinâmica política no congresso nacional proporcionou novas percepções em relação aos parlamentares e partidos, no qual agora era possível “distinguir de forma clara os principais partidos brasileiros com base em uma escala esquerda/direita” (MELO & CÂMARA, 2012, p 72), condição essa difícil de imaginar com os estudos anteriores sobre ideologia no Brasil. Além do fato de que os partidos apresentavam uma conduta mais “programática”, os autores apresentam um elemento que vem agindo sobre a lógica das competições e comportamentos dos políticos em geral, gerando certo equilíbrio do sistema partidário, a disputa presidencial. Mas palavras de Melo e Câmara: “A dinâmica adquirida pela disputa presidencial vem impactando de forma positiva a competição política no país e atuando como fator de estabilização e estruturação do sistema partidário” (MELO & CÂMARA, 2012, p 72). Além disso:

A competição pela Presidência da República passaria a ser estruturada em torno de duas coalizões ideologicamente distintas, inaugurando uma dinâmica com impacto sobre as escolhas de cada um dos partidos relevantes e sobre o grau de consolidação do sistema partidário (MELO & CAMARA, 2012 p.101).

Com base nessa ideia de blocos orientados pelas disputas presidenciais, Melo e Câmara (2012) organizaram dois agrupamentos de partidos que disputam diretamente as eleições nacionais. Segundo eles: “PT, PSB, PDT e PC do B, de um lado, e PSDB, DEM e PPS, de outro – concorrem de forma direta a Presidência da República. O terceiro agrupamento, composto por PMDB, PP, PTB e PR, se coloca estrategicamente” (MELO; CAMARA, 2012, p.74). Segundo os autores, essa configuração de blocos formada pelos partidos é um sinal de estabilidade. Entretanto, a força do governo e da oposição estaria ganhando mais importância que a clivagem ideológica. Deste modo, os catedráticos salientam que:

A literatura tem explorado de maneira sistemática o comportamento de partidos e deputados no legislativo federal: sabemos que os partidos que compõem o “núcleo duro” dos dois polos da competição eleitoral nacional têm integrado coalizões governamentais distintas e que, ademais, as diversas bancadas agem de forma disciplinada no Congresso Nacional (MELO; CAMARA, 2012, p 87).

Na tentativa de averiguar alguns questionamentos sobre o grau de fragilidade dos partidos políticos, o controle que essas agremiações teriam sobre seus parlamentares e uma suposta baixa coesão dos partidos, que seria um reflexo do grande número de partidos existentes, Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2001) apresentam um estudo relevante, que fundamenta e constitui a linhagem dos teóricos que percebem os partidos como atores estruturantes do sistema político. Para os autores, o modelo de representação que é utilizado no país um comportamento parlamentar mais desprendido das gerências partidárias, no qual os deputados poderiam agir com significativa autonomia, sem previsão de sofrer algum tipo de penalidade. Tal comportamento, segundo os estudiosos, tem ligações com as legislações atuais que regulam os partidos e os processos eleitorais, que não oferecem dispositivos e poder dos partidos sobre seus parlamentares (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001).

Entretanto, Figueiredo e Limongi observaram que os deputados não apresentavam esse comportamento tão insubordinado nas votações em plenário, que seria “onde os deputados exercem seu direito individual de voto” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001, p.93). Na verdade, eles se comportam, na maioria das vezes, de maneira bem disciplinada, seguindo as orientação dos líderes partidários, configurando assim uma previsibilidade, disciplina e coesão nas votações.

Ainda de acordo com os Argelina Figueiredo e Fernando Limongi, este comportamento disciplinado dos deputados em plenário, seria justificado pela autoridade e funções destinadas aos líderes de partido ou bancada na casa legislativa. As regras e lógicas internas de funcionamento do congresso direcionam e atribuem poderes de decisão, no que tange a distribuição de recursos ou definição nas agendas de trabalhos. Esses poderes contribuem para fortalecer os interesses dos partidos e seus líderes, exercendo certo tipo de controle sobre os políticos “comuns”, que não apresentam cargos ou poder decisão regimentares. Desta forma, “numa votação qualquer, pode-se esperar que 85% dos membros de qualquer dos grandes partidos votarão da mesma forma. O Congresso brasileiro está longe de ser tão errático quanto se apregoa” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001, p. 82).

De maneira geral, já foi observada e constatada certa disciplina e coesão dos parlamentares em votação. Entretanto esse fenômeno não ocorre na mesma intensidade em todos os partidos e blocos ideológicos. Segundo Figueiredo e Limongi (2001, p. 78), teríamos: “A existência de três blocos ideológicos: direita (PDS/PPR, PFL e PTB), centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PDT e PT). Em geral, os partidos de um mesmo bloco ideológico votam de

maneira similar”. Os autores perceberam que os partidos alinhados à esquerda apresentam maior coesão, comparados aos outros dois campos ideológicos. Ao mesmo tempo em que a disciplina e coesão dos outros campos estão associadas ao comportamento e alinhamento de outros partidos, ou seja, eles são mais disciplinados quando estão ligados a partidos com mais afinidades.

Ainda de acordo com Figueiredo e Limongi, “a indisciplina partidária pode ser explicada a partir da natureza da questão em pauta” (FIGUEREDO & LIMONGI, 2001, p.85). As comprovações apontadas nessas observações sobre as dinâmicas do congresso nacional diferem em todos os aspectos das correntes mais pessimistas sobre os partidos brasileiros. Os elementos apresentados pelos autores mostram a força das organizações políticas nas instituições do Estado, relativo ao controle sobre seus parlamentares, comportamento que segue um alinhamento ideológico, e sua importância para sustentação de governos e funcionamento dos sistemas que estão envolvidos, como o eleitoral e partidário. Desta forma, “estamos longe de observar o comportamento partidário caótico e desordenado vislumbrado pela literatura especializada, já que a atuação dos partidos políticos brasileiros adota padrões ideológicos bem definidos” (FIGUEREDO & LIMONGI, 2001, p.81).

A clivagem ideológica é um aspecto bastante complexo e cercado de inúmeras influências que possibilitam múltiplas interpretações sobre o desempenho dos agentes envolvidos. No decorrer deste tópico verificamos, por diversos ângulos, fatores relacionados ao comportamento dos parlamentares que, de alguma maneira, os diferenciam em partidos, opiniões e ideologias diferentes. Retomando os estudos realizados por Rodrigues (2009) sobre a composição social da Câmara Federal, podemos acrescentar à discussão que vem sendo realizada sobre ideologia, novos elementos sobre o perfil socioeconômico e ocupacional que podem integrar e qualificar nosso olhar para essa questão.

A discussão que engloba opiniões políticas com posições sociais apresentam reflexos de teorias marxistas, onde a origem social do indivíduo e a situação socioeconômica no qual ele pertence o inclinaria para partidos ou crenças ideológicas, que o atenderia ou que mais representasse seus interesses pessoais, ou da classe social que pertence. Seguindo esse pressuposto teórico, o autor parte da expectativa que o campo ideológico da direita apresentaria uma composição de parlamentares que desempenham ou desenvolvem atividades econômicas e empresariais, com altos rendimentos financeiros, enquanto a esquerda seria composta por uma fração maior de representantes de classe média e trabalhadores de seguimentos mais populares

da sociedade. O centro representaria, como na política, aqueles setores intermediários entre a direita e esquerda, ocupações e profissões médias liberais bem diversificada.

O conjunto de informações e características levantadas das profissões e ocupações desempenhadas pelos representantes, associadas às divisões em blocos ideológicos em que os partidos estão divididos, permitiu a identificação de padrões interessantes na composição social das bancadas parlamentares, que conferiram como expectativa do autor. Diversos grupos sociais e atividades ocupacionais estão incorporados em todos os partidos políticos. Entretanto, existem grupos e categorias em cada campo que apresentam maior representação, configurando certa predominância de determinada profissão por campos ideológicos. Nesta perspectiva, Leôncio Rodrigues (2009) identificou que os partidos políticos alinhados à direita apresentam uma composição de políticos formada por um número significativo de empresários, seguindo de profissionais liberais e ocupantes de cargos públicos de grande relevância.

O perfil de parlamentares percebido no campo da direita é consideravelmente diferente da formação composta pelo campo da esquerda, que apresenta uma proporção menor de empresários dentre as ocupações mais frequentes que foram identificadas neste campo. A presença do seguimento de professores foi a predominante dentro do bloco da esquerda, seguindo pelos grupos de trabalhadores industriais, ou manuais, entre outras ocupações. O centro apresentou uma composição bem diversificada que vai de intelectuais modernos à profissionais liberais, executivos à trabalhadores urbanos (RODRIGUES,2009).

Como vimos, a distribuição e composição observada e apresentada nos estudos de Rodrigues (2009), remete à composição e predominância de certos seguimentos sociais em um caminho de equivalência clássica, entre posição social e orientação política. Entretanto, é preciso ressaltar que estes elementos não dão conta de explicar todas as dinâmicas relacionadas a questão ideológica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as discussões realizadas neste trabalho contribuiriam para uma contextualização histórica do papel e desenvolvimento dos partidos políticos enquanto agremiações fundamentais nas democracias que discutem e defendem agendas, sejam elas programáticas ou pragmáticas, constituem bases de sustentação para equilíbrios de governos. Os partidos foram se modificando e se adaptando às condições e necessidades dos sistemas políticos aos quais

pertencem. Essas alterações constantes acabaram tornando-se necessárias para a manutenção e sobrevivência dessas organizações no meio político. De maneira geral, podemos considerar os estudos nesse campo como importantes para acompanhamento das mudanças existentes nas relações com as instituições.

A classificação ideológica por direita e esquerda, assim como os partidos, sofreu inúmeras críticas e adequações de critérios para classificação de políticos, partidos, agendas e governos. Mesmo com tantas divergências sobre essa questão, ela continua presente no meio político e acadêmico, guiando e categorizando episódios na política. No contexto brasileiro não seria diferente. Apesar de peculiaridades, os partidos organizam, sustentam, fortalecem e desempenham suas funções no sistema político de acordo com seus interesses e regras que estão submetidos.

No debate sobre partidos políticos no Brasil vimos que os estudos apresentam pelo menos duas visões distintas. Em uma delas, os partidos são vistos como organizações frágeis, pouco institucionalizadas e pouco coesas; contariam com poucos recursos para obterem um comportamento disciplinado de seus membros e, por isso, ofereciam bases frágeis para a canalização das demandas dos cidadãos e para a sustentação de governos. Na outra visão, são apresentados os avanços do sistema partidário em termos de institucionalização destacando-se, principalmente, o comportamento disciplinado dos parlamentares nas votações no Congresso Nacional. Segundo esse argumento, os partidos não seriam instituições tão frágeis e mesmo que estejam pouco enraizados na sociedade, seriam peças fundamentais na estruturação dos trabalhos legislativos no Congresso. Do ponto de vista da questão que mais nos interessa neste trabalho, essa segunda visão mostra que é possível encontrar regularidade no comportamento dos parlamentares de um mesmo partido e de um bloco ideológico. Logo, essa perspectiva autoriza sustentar que a ideologia importa e ajuda a compreender o comportamento dos políticos em nível nacional.

Apensar das limitações existentes neste trabalho, ele permite estruturar algumas considerações sobre a discussão realizada a respeito de ideologia. As críticas e considerações teóricas que foram apresentadas, motivam o desenvolvimento de novos termos e olhares para os critérios de classificação dos políticos e partidos. Identificamos que não existem muitas divergências nos posicionamentos a partir de uma escala ideológica dos partidos brasileiros, visto que existe um relativo consenso na forma que eles são classificados, salvo algumas exceções. Entretanto, os elementos e fatores que estruturam os diversos conceitos presentes na noção de ideologia, necessitam de maior aprofundamento e melhor adequação a realidade

brasileira. Sendo esta variável sozinha incapaz de explicar os comportamentos e posições políticas.

Para ciência de maneira geral um assunto nunca se esgota, sendo sempre possível novas hipóteses, considerações e descobertas. A situação política e conjuntural que o Brasil enfrenta já proporcionou alterações na forma em que os partidos são vistos, o sistema político, eleitoral e partidários estão sempre sujeitos a essas modificações. Os elementos e fatores relacionadas a questão ideológica como migração partidária, coligações, coesão, disciplina entre outros comportamentos podem sofrer consequências significativas com essa situação.

Este trabalho apresenta uma discussão inicial sobre classificação ideológica que permitem uma série de estudos mais aprofundados sobre o tema, interesses particulares sobre política local direcionam questionamentos sobre as organizações políticas nesta esfera. O que dizer, contudo, do nível municipal? Será possível encontrar alguma coerência nas percepções, opiniões, atitudes e comportamento dos vereadores, segundo o partido a que são filiados? Seria possível organizar esses partidos em blocos ideológicos a partir da diáde esquerda-direita? Questionamentos como estes são alguns indicativos que devem direcionar futuros trabalhos sobre esta temática.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, 2013:

_____. Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p. 105-134.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1967.

MAINWARING, Scott. Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova*. São Paulo, n.28-29, p.21-74, 1993.

MELO, Carlos Ranulfo, CAMARA, Rafael. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, v.55, n.1, p.71-117, 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SCRUTON, Roger. *Pensadores da nova esquerda*. São Paulo. Editora: Realizações, 2014.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.21, n.45, p. 149-165, 2013.